

Pesquisa não tem tramitação definida

Até a noite de ontem, a presidência e a liderança do governo na Assembléia não chegaram a qualquer decisão a respeito da tramitação do projeto 339/74, que dispõe sobre a transformação dos institutos de pesquisa do Estado em empresas.

Como foi noticiado, ontem o projeto recebeu parecer contrário da Comissão de Finanças, subscrito por apenas três de seus sete membros, dois deles do MDB e um da Arena. Mas o líder situacionista, deputado Agnaldo Rodrigues de Carvalho, entende que a reunião do órgão técnico é nula porque a matéria não foi votada pela maioria de seus integrantes e anunciou que iria reclamar a declaração da nulidade.

Ontem Agnaldo esteve reunido durante cerca de duas horas, com o presidente da Assembléia, deputado Salvador Julianelli, e mais tarde com o presidente da Comissão de Finanças, deputado Antônio Morimoto, examinando o problema, sem que fosse anunciada qualquer solução. Agnaldo e Julianelli deixaram o gabinete da presidência pela porta dos fundos e, assim, não puderam ser abordados pelos repórteres. Porém Morimoto reafirmou que não vê como a decisão possa ser anulada e, ao sair da reunião, disse rapidamente que nenhuma solução para o problema fora encontrada.

Recorda-se que, a prevalecer a decisão em causa, o projeto será arquivado. Porém, regimentalistas da Casa entendem que o presidente Julianelli acabará por declarar a sua nulidade, em razão do problema do "quorum".

Por outro lado, em plenário, o deputado Cunha Bueno pediu a transcrição nos Anais do editorial de "O Estado de S. Paulo" do dia 13, sob o título "Pesquisa & Co. Ltd.", acentuando que ele bem evidencia o perigo que a extinção dos institutos representa para a investigação científica.

Cunha concluiu dando conhecimento à Casa de mensagem do professor Oscar Sala, presidente da Sociedade Brasilel-

ra para o Progresso da Ciência, dirigida ao presidente da Assembléia, alertando o Legislativo sobre os riscos que o projeto 399 oferece à pesquisa no Estado.